

Demonstrações Financeiras

Rkbens Participações e Empreendimentos S.A.

31 de dezembro de 2025

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice

Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial.....	2
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração do fluxo de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	8

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.953	2.499
Contas a receber de clientes		-	11
Contas a receber - partes relacionadas	8	3.410	1.570
Estoques	5	7.219	7.120
Impostos a recuperar		65	57
Juros s/ capital próprio a receber		-	309
Outros ativos		2.946	11.273
Total do ativo circulante		27.593	22.839
Não circulante			
Investimento	6	11.738	7.056
Propriedade para investimento	7	80.039	63.203
Contas a receber - partes relacionadas		334	-
Total do ativo não circulante		92.111	70.259
Total do ativo		119.704	93.098

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)--(continuação)

	Nota explicativa	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		53	-
Contas a pagar - partes relacionadas		524	1.408
Obrigações fiscais		669	512
Dividendos Juros s/ Capital Próprio a Pagar	9	18.936	11.505
Outras Obrigações		19.372	11.349
Total do passivo circulante		<u>39.554</u>	24.774
Não circulante			
Contas a pagar		<u>2.447</u>	2.971
Total do passivo não circulante		<u>2.447</u>	2.971
Patrimônio líquido	9		
Capital social		45.000	45.000
Reserva de lucros		32.703	20.353
Total do patrimônio líquido		<u>77.703</u>	65.353
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>119.704</u></u>	<u>93.098</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	10	20.510	14.194
Custo dos produtos e serviços vendidos		-	(80)
Lucro bruto		20.510	14.114
Receitas (Despesas) Operacionais Administrativas e Gerais	11	(249)	(220)
Depreciações e Amortizações	11	(936)	(936)
Equivalência Patrimonial		29.906	391
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		-	(214)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		28.721	(979)
Resultado financeiro	12	49.231	13.135
Receitas financeiras		587	146
Despesas financeiras		(84)	(180)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		503	(34)
Imposto de renda e contribuição social Corrente		49.734	13.101
Lucro líquido do exercício		(2.492)	(1.763)
Quantidade ponderado de ações do capital social		47.242	11.338
Lucro básico e diluído por ação - R\$		45.000.000	45.000.000
		1,05	0,25

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	<u>47.242</u>	<u>11.338</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>47.242</u>	<u>11.338</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Reserva de lucros			Total	
		Capital social	Reserva legal	Reserva de capital de giro		Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2023		45.000	1.445	12.951	-	59.396
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.338	11.338
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	9 c)	-	567	-	(567)	-
Dividendos propostos	9 b)	-	-	(5.921)	(108)	(6.029)
Reserva de capital de giro	9 d)	-	-	11.311	(10.663)	648
Saldos em 31 de dezembro de 2024		45.000	2.012	18.341	-	65.353
Lucro líquido do exercício		-	-	-	47.242	47.242
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	9 c)	-	2.361	-	(2.361)	-
Dividendos propostos	9 b)	-	-	(9.892)	(25.000)	(34.892)
Reserva de capital de giro	9 d)	-	-	19.881	(19.881)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		45.000	4.373	28.330	-	77.703

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Lucro líquido do exercício		47.242	11.338
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:			
Equivalência Patrimonial		(29.906)	(391)
Depreciação e amortização		936	936
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e tributos parcelados		-	102
		18.272	11.985
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		11	43
Contas a receber – partes relacionadas		(2.174)	(671)
Estoques		(99)	(15)
Impostos a recuperar		(8)	(57)
Juros s/ capital próprio		-	(323)
Outros ativos		8.327	(9.023)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		53	-
Obrigações fiscais		2.386	1.756
Contas a pagar - Partes Relacionadas		(1.408)	(1.714)
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações		8.023	8.322
Caixa gerado nas atividades operacionais		33.383	10.303
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos		(2.229)	(1.564)
Juros pagos durante o exercício		-	(115)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		31.154	8.624
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Adições propriedades para investimento		(17.772)	(4.311)
Adições investimentos		100	-
Recebimento de dividendos		25.433	1.444
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		7.761	(2.867)
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Empréstimos e financiamentos - pagamentos		-	(1.528)
Dividendos pagos	9	(27.461)	(2.004)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		(27.461)	(3.532)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		11.454	2.225
Caixa e equivalente de caixa - no início do exercício		2.499	274
Caixa e equivalente de caixa - no fim do exercício		13.953	2.499

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Rkbens Participações e Empreendimentos S/A (“Companhia”) com sede em São José do Rio Preto-SP tem por objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, compra e venda de imóveis, loteamento e incorporação imobiliária e locação de bens.

2. Aspectos Societários

Em maio de 2014, a Rkbens Participações e Empreendimentos S/A juntamente com a INCORP – Empreendimentos Imobiliários de Votuporanga Ltda, constituíram uma Sociedade Limitada de Propósito Específico (SPE), denominada Empreendimentos Imobiliários Barcelona Votuporanga SPE Ltda, cujo objeto social é a incorporação imobiliária.

3. Práticas contábeis materiais

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

3.2 Base de Elaboração

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise das contas a receber em atraso, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas na sua realização.

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

c) Estoques

Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios. Ele é contabilizado pelo valor do custo e reconhecido no ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas.

d) Propriedades para investimento

i) Imóveis acabados

São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo por meio da elaboração de laudo de avaliação feito por empresa especializada. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo inclui a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

ii) Custos subsequentes à aquisição da propriedade

São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos, serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

e) Tributação

A base de cálculo do imposto de renda em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 8% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$ 60. A base de cálculo da contribuição social em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustada na forma legal, calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável excedente a R\$60.

f) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

f) Instrumentos financeiros--continuação

atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

f.1) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

ii) Empréstimos concedidos e recebíveis: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

f.2) Passivos financeiros

São classificados de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos, sendo somente da categoria passivos financeiros não mensurados ao valor justo os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

g) Arrendamentos - grupo como arrendador

Arrendamentos para os quais a entidade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

h) Reconhecimento de receita

A receita nas atividades de administração e locação de imóveis é reconhecida no período a que se refere o esforço de administrar o bem, ou de colocá-lo à disposição do locatário, e compreende o valor da taxa de administração ou do aluguel, independentemente do recebimento do valor contratado. As receitas, custos e despesas são reconhecidos mensalmente, respeitando, em especial, os Princípios da Oportunidade, Competência e Confrontação das Receitas e Despesas.

i) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

j) Lucro por ação

Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios.

k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia avaliou as normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma), e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Base de elaboração--Continuação

k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao

Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2025

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) torna pública a aprovação pelos membros do CPC, de acordo com as disposições da Resolução CFC nº. 1.055/05 e alterações posteriores, do Pronunciamento Técnico CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Base de elaboração--Continuação

k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está atualmente avaliando os potenciais impactos na aplicação dessa norma.

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Base de elaboração--Continuação

k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Base de elaboração--Continuação

k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações--Continuação

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao

CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Base de elaboração--Continuação

k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--Continuação

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

3.3 Gestão de risco financeiro

(a) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem ao risco de liquidez, substancialmente em decorrência da dependência dos dividendos gerados pela entidade operacional do Grupo Facchini S.A. (controlada da Facchini Participações S.A.). A administração da Companhia entende que o risco de liquidez é baixo, uma vez que a referida sociedade operacional apresenta historicamente geração de fluxos de caixa suficiente para honrar seus compromissos operacionais e financeiros, manutenção do seu plano de investimento, e remuneração dos seus acionistas por meio de dividendos e juros sobre capital próprio.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares.

Risco de taxas de juros: é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou não auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas.

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.3 Gestão de risco financeiro--Continuação

(a) Fatores de risco financeiro--Continuação

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de recebimento de dividendos de sua coligada e pagamento de dividendos aos seus acionistas.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia vem acumulando recursos e reservas de lucros de forma a corresponder com os investimentos que estão sendo projetados com a necessidade de capital de giro necessária para os próximos anos. A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A Companhia não possui dívidas com terceiros.

(c) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os ativos e passivos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado.

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	1	26
Aplicações financeiras - Renda Fixa (a)	<u>13.952</u>	<u>2.473</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>13.953</u>	<u>2.499</u>

(a) Aplicações financeiras - renda fixa: referem-se substancialmente a fundos de investimentos em renda fixa, mantidos em instituições financeiras de baixo risco de crédito. São mensuradas pela Companhia ao custo amortizado que é compatível ao seu valor justo, acrescido dos rendimentos pós-fixados auferidos até a data do balanço a taxas que variam de 100% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Estoques

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imóveis para comercialização	7.219	7.120

São ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, o custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Quando os estoques são vendidos, o custo escriturado desses itens deve ser reconhecido como despesa do período em que a respectiva receita é reconhecida.

6. Investimentos

Coligadas e Controladas:

A Companhia participa em outras sociedades cujos contextos operacionais são resumidos a seguir:

- Coligada: Empreendimentos Imobiliários Barcelona SPE Ltda, Sociedade Limitada de Propósito Específico, participação de 33,33% no capital social, sediada na cidade de Votuporanga/ SP, tem como objeto social a incorporação imobiliária.
- Controlada: A Companhia fundou uma nova Sociedade denominada “R.E.Kbens Participações Ltda”, cujo o capital foi integralizado com as ações da R2 IBF Participações S/A, Sociedade Anônima de Capital Fechado, sediada na cidade de São José do Rio Preto/ SP, com objeto social as atividades de Gestão de Participações Societárias e realização de investimentos e/ou participação no capital de outras sociedades, sediadas no Brasil ou no exterior na condição de sócia, acionista e/ou quotista, com recursos próprios ou incentivados.

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Investimentos--Continuação

Movimentação dos investimentos em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

	<u>31/12/2024</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Integralização Capital</u>	<u>Dividendos Distribuídos</u>	<u>Incorporação</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2025</u>
<u>Investimentos:</u>							
Empr. Imobiliários Barcelona SPE LTDA	378	82	(100)	(124)	-	-	236
R2 IBF Participações S/A	-	-	=	=	=	=	=
R.E.Kbens Participações Ltda	<u>6.678</u>	<u>29.824</u>	<u>-</u>	<u>(25.000)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.502</u>
	<u>7.056</u>	<u>29.906</u>	<u>(100)</u>	<u>(25.124)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.738</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Integralização Capital</u>	<u>Dividendos Distribuídos</u>	<u>Incorporação</u>	<u>Outros</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Investimentos:</u>							
Empr. Imobiliários Barcelona SPE LTDA	405	73	-	(100)	-	-	378
R2 IBF Participações S/A	<u>7.638</u>	<u>318</u>	<u>=</u>	<u>(1.329)</u>	<u>(6.627)</u>	<u>=</u>	<u>=</u>
R.E.Kbens Participações Ltda	-	-	=	=	<u>6.627</u>	<u>51</u>	<u>6.678</u>
	<u>8.043</u>	<u>391</u>	<u>=</u>	<u>(1.429)</u>	<u>=</u>	<u>51</u>	<u>7.056</u>

7. Propriedades para Investimento

De acordo com o CPC 28, a empresa poderá adotar o método do valor justo ou o método do custo. Em 2025, a Companhia manteve suas propriedades para investimento demonstradas ao valor do custo histórico, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação é calculada de acordo com a Lei Fiscal em vigor.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Terrenos	62.454	44.682
Edifícios e Construções	16.064	16.475
Obras em Andamento	-	525
Cessão de Crédito	<u>1.521</u>	<u>1.521</u>
Total	80.039	63.203

A movimentação do custo das propriedades para investimento no período é como segue:

	<u>Saldo 2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf.</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo 2025</u>
Terrenos	44.682	17.772	-	-	62.454
Edifícios e Construções	23.396	-	525	-	23.921
Obras em Andamento	525	-	(525)	-	-
Cessão de Crédito	<u>1.521</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>1.521</u>
	70.124	17.772	-	-	87.896

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Propriedades para Investimento--Continuação

	<u>Saldo</u> <u>2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf.</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u> <u>2024</u>
Terrenos	40.896	3.786	-	-	44.682
Edifícios e Construções	23.396	-	-	-	23.396
Obras em Andamento	-	<u>525</u>	-	-	<u>525</u>
Cessão de Crédito	<u>1.521</u>	-	-	-	<u>1.521</u>
	65.813	4.311	-	-	70.124

A movimentação da depreciação ao longo do período é como segue:

	<u>Saldo</u> <u>2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf.</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u> <u>2025</u>
Edifícios e Construções	(6.921)	(936)	-	-	(7.857)

	<u>Saldo</u> <u>2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf.</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u> <u>2024</u>
Edifícios e Construções	(5.985)	(936)	-	-	(6.921)

No que se refere ao valor justo, em 31 de dezembro de 2022, com base nas avaliações realizadas pela Global Consult – Tecnologia e Serviços Ltda, avaliadores independentes, as propriedades para investimentos representam R\$764.106 milhões.

8. Partes Relacionadas

Saldos Ativos:	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante (alugueis a receber):		
Facchini S/A	<u>3.410</u>	<u>1.570</u>
Transações:		
Receitas:		
Alugueis Facchini S/A	<u>21.287</u>	<u>14.732</u>

As transações referem-se a aluguéis de imóveis junto a Facchini S/A.

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado é composto por 45.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Dividendos

De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os dividendos propostos foram calculados conforme a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	47.242	11.338
(-) Reserva Legal	<u>(2.361)</u>	<u>(567)</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	<u>44.881</u>	<u>10.771</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	449	108
Dividendos propostos	34.443	5.921
Dividendos de anos anteriores	11.505	7.480
(-) Dividendos pagos	<u>(27.461)</u>	<u>(2.004)</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	<u>18.936</u>	<u>11.505</u>

Em 2025 e em 2024 a Companhia optou por não pagar juros sobre o capital próprio.

c) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Patrimônio Líquido

d) Reserva para capital de giro

Conforme requerido pelo artigo 202, parágrafo 6º da Lei nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária.

De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, quando a reserva de lucros excede o capital social, a Companhia deverá deliberar sobre o excesso na Assembleia Geral Ordinária aumentando o capital ou distribuindo dividendos.

10. Receita Operacional Líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional bruta:		
Locações e venda de imóveis	21.287	14.732
(-) Impostos sobre vendas e serviços	<u>(777)</u>	<u>(538)</u>
Receita operacional líquida	<u>20.510</u>	<u>14.194</u>

11. Gastos por Natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Despesas por natureza:</u>		
Impostos e Taxas	(79)	(50)
Serviços de terceiros	(63)	(133)
Despesa de depreciação e amortização	(936)	(936)
Outras despesas	<u>(107)</u>	<u>(251)</u>
Total	<u>(1.185)</u>	<u>(1.370)</u>
<u>Classificadas como:</u>		
Despesas gerais e administrativas	(249)	(220)
Depreciações e amortizações	(936)	(936)
Depreciações e amortizações	=	(214)
Total	<u>(1.185)</u>	<u>(1.370)</u>

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Resultado Financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas Financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	<u>587</u>	<u>146</u>
	<u>587</u>	<u>146</u>
Despesas Financeiras:		
Juros Passivos	(84)	(177)
Despesas Bancárias	-	(3)
	<u>(84)</u>	<u>(180)</u>
Total	<u>503</u>	<u>(34)</u>

13. Instrumentos Financeiros

As transações financeiras ocorridas são pertinentes às atividades econômicas da Companhia, envolvendo basicamente saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos e leasing mercantil financeiro.

Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm valor de mercado similar a seus saldos contábeis.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares.

Os instrumentos financeiros da Companhia reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão distribuídos como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	13.953	2.499
Contas a receber de clientes	-	11
Contas a receber partes relacionadas	3.410	1.570
Outros ativos	2.946	11.273
Total	<u>20.309</u>	<u>15.353</u>
<u>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:</u>		
Contas a pagar	524	1.408
Outros passivos	19.372	11.349
Total	<u>19.896</u>	<u>15.728</u>

Rkbens Participações e Empreendimentos S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 31 de dezembro de 2025.

São José do Rio Preto, 31 de dezembro de 2025.

Rubens Facchini
Diretor Presidente

Euclides Facchini Filho
Diretor Superintendente

Maria Jislaine Isaias Bento
Contadora
CRC 1SP159.572/O-2
